

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA



Prefeito Municipal de Aracruz
Luiz Carlos Coutinho (Dr. Coutinho)

Vice- Prefeito Municipal de Aracruz
Carlos Alberto Loureiro Vieira (Beto Vieira)

Secretária Municipal de Educação de Aracruz
Jenilza Spinassé Morellato

Subsecretária Municipal de Educação de Aracruz
Marineusa Soares Pimentel Ribeiro

GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL
Ana Paula Fink

Coletivo de Famílias pela Inclusão

Andresa Angela Pandolffi Santos
Setor de Educação Especial Inclusiva - SEMED

Eni Martins de Araújo Delpupo
Subsecretária Municipal de Assistência social

Gilcineia Xavier
APAE/Aracruz

Giucirlene Pereira de Bortoli
Setor de Intersetorial e de Parcerias Externas - SEMED

Hérica Patrícia Buzato Ribeiro
AMAES/Aracruz

Isis Cruz Meira Quinonez
Subsecretária Municipal de Saúde

Marineusa Soares Pimentel Ribeiro
Subsecretária Municipal de Educação

Mateus Costa Bergue
Conselho Tutelar Sede

Stherson Dias de Almeida
Diretor Escolar da rede municipal

Walter Engelhardt Neto
Setor de Educação Especial Inclusiva - SEMED

Arilson Florêncio Costa
Fernanda Gonçalves de Carvalho Franchiot
Conselho Tutelar Orla

REDADORES

Andresa Angela Pandolffi Santos
Giucirlene Pereira de Bortoli
Marineusa Soares Pimentel Ribeiro
Walter Engelhardt Neto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. MATRÍCULA, ENTREVISTA E ACOLHIMENTO	5
2.1. MATRÍCULA.....	5
2.2. ENTREVISTA.....	6
2.3. ACOLHIMENTO.....	7
3. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E DOCUMENTAÇÃO	8
3.1. ESTUDO DE CASO.....	8
3.2. ELABORAÇÃO DO PEI E PAEE.....	13
4. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO	15
4.1. OBSERVAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.....	15
4.2. DIÁRIO DE BORDO.....	16
5. FAMÍLIA E REDE DE PROTEÇÃO	16
5.1. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA.....	16
5.2. ACIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL.....	17
6. ESTRATÉGIAS PARA SITUAÇÕES DE DESREGULAÇÃO	18
6.1. ORIENTAÇÕES GERAIS.....	18
6.2. COMUNICAÇÃO E REGISTRO.....	19
6.3. SITUAÇÕES DE CRISE MÁXIMA.....	19
7. REFERÊNCIAS	21
8. ANEXOS	23

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial, dentro da perspectiva inclusiva, integra um movimento global que defende o direito de aprendizagem de todos os estudantes, promovendo a participação e a convivência escolar livres de preconceitos e discriminações. Essa abordagem educacional se baseia nos princípios dos direitos humanos, articulando igualdade e diferença como valores indissociáveis que buscam ampliar a equidade na educação e enfrentar as barreiras históricas de exclusão, dentro e fora do ambiente escolar.

Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Educação – Semed intensificou o monitoramento da Educação Inclusiva, tendo como objetivo garantir um ensino-aprendizagem de qualidade. Esse compromisso vai além do acesso à matrícula, pois busca oferecer suporte para que os estudantes se desenvolvam plenamente.

As dificuldades do dia a dia mostram a importância de repensar práticas tradicionais, que muitas vezes reproduzem o capacitismo, bem como buscar alternativas para superá-las. Logo, a educação inclusiva tem um papel fundamental na escola: promover a equidade e combater à exclusão.

Nesse sentido, é fundamental reorganizar as instituições escolares, considerando mudanças estruturais, arquitetônicas, atitudinais e culturais que atendam às necessidades de todos os estudantes. Diante desses desafios, algumas ações se tornam imprescindíveis:

- Reconhecer e valorizar as competências dos estudantes, respeitando suas habilidades e potencialidades, garantindo assim uma educação que atenda às suas características únicas;
- Promover uma educação inclusiva, rejeitando práticas capacitistas, bem como investir na formação continuada dos profissionais, proporcionando-lhes condições de assegurar práticas que possibilitem o desenvolvimento pleno de cada estudante;
- Criar oportunidades e condições que fortaleçam o senso de pertencimento, reconhecendo que a convivência em um ambiente educacional comum beneficia, tanto a formação acadêmica, quanto as relações sociais;
- Identificar e superar barreiras que limitam a participação e a aprendizagem dos estudantes, reconhecendo que cada indivíduo possui um processo de desenvolvimento singular, sendo, portanto, essencial planejar e implementar estratégias eficazes que garantam seu pleno crescimento e inclusão.

Acreditamos que por meio dessas ações a educação inclusiva pode se fortalecer, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente escolar acolhedor, equitativo e verdadeiramente transformador. Nessa direção, a Semed intensificou o acompanhamento e monitoramento da educação inclusiva no município, com o objetivo de garantir um ensino-aprendizagem de qualidade que vai além do acesso à matrícula, pois

busca oferecer suporte para que os estudantes superem barreiras e se desenvolvam plenamente.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação de Aracruz, em parceria com profissionais das escolas e representantes de outros órgãos e instituições (Secretaria de Saúde, Assistência Social, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Conselho Tutelar, Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo - AMAES e Coletivo Famílias pela Inclusão), elaborou este documento com intuito de referenciar medidas para a inclusão de estudantes com deficiência e dificuldades de adaptação no ambiente escolar. O objetivo é estabelecer diretrizes e procedimentos que aprimorem o atendimento a esses estudantes.

O documento está organizado em seis seções, a saber:

1. Matrícula
2. Entrevista e Acolhimento.
3. Planejamento Pedagógico e Documentação
4. Acompanhamento e Monitoramento
5. Família e Rede de Proteção
6. Estratégias para Situações de Desregulação

Cada seção apresenta orientações detalhadas para garantir que a educação inclusiva seja implementada de forma eficaz no contexto escolar.

2. MATRÍCULA, ENTREVISTA E ACOLHIMENTO

2.1 MATRÍCULA

Conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), é essencial garantir não apenas o acesso, mas também a permanência de pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais, incluindo o ambiente educacional. Para isso, adaptações devem ser realizadas a fim de promover uma inclusão efetiva.

Após a matrícula, o estudante com deficiência deverá ser acolhido pela equipe escolar e seus responsáveis legais encaminhados para uma entrevista, previamente agendada com a equipe pedagógica e o professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE. Esse encontro poderá contar também com a participação dos professores da sala de aula comum e, quando necessário, da equipe de Psicólogos e Assistentes Sociais - PAS, caso esteja disponível na escola.

O objetivo da entrevista é viabilizar o acesso do estudante ao serviço do AEE, que está condicionado à matrícula na classe comum. Durante esse momento, será preenchido o Roteiro de Entrevista e Proposição de Caso (*Anexo I*).

Esses documentos serão elaborados em conjunto com a família, visando registrar informações relevantes sobre o estudante.

Ao longo do processo, o professor de AEE deverá realizar visitas à sala de aula do estudante, tendo como objetivo dialogar com os professores e a equipe pedagógica. Além disso, será conduzido um estudo de caso para identificar as necessidades educacionais específicas do estudante.

Caso seja constatada a necessidade, o estudante será matriculado no AEE, garantindo-lhe acesso a recursos e serviços adequados para potencializar sua aprendizagem e minimizar as barreiras educacionais. Se a escola não dispuser de Sala de Recursos Multifuncionais - SRM ou de Professor de AEE, o Diretor Escolar deverá contatar o setor responsável pela Educação Especial Inclusiva, da Secretaria Municipal de Educação – Semed, que identificará e direcionará o estudante para atendimento no contraturno, na escola mais próxima que ofereça SRM e Professor de AEE.

2.2 ENTREVISTA

Conforme os artigos 205 e 229 da Constituição Federal, a educação é um dever compartilhado entre o Estado e a família, cabendo a esta acompanhar o desenvolvimento escolar do estudante, enquanto o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso a uma educação de qualidade, oferecendo os recursos necessários para que todos exerçam esse direito fundamental. Essa parceria busca assegurar que cada estudante tenha condições adequadas para seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, na entrevista com as famílias, é essencial coletar informações detalhadas sobre o estudante, com vistas a conhecer seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor, possibilitando registrar os históricos escolar e clínico, bem como identificar possíveis dificuldades de aprendizagem ou condições que possam impactar na trajetória educacional. Também é importante verificar se o estudante recebe ou já recebeu acompanhamento terapêutico ou psicopedagógico, tendo assim elementos suficientes para avaliar os benefícios desse suporte clínico, em seu desenvolvimento.

É fundamental conhecer a rotina e hábitos do estudante, em relação à alimentação, sono, atividades extracurriculares, dinâmicas familiar e social, dentre outros aspectos de seu dia a dia. Caso o estudante ou a família receba apoio de instituições ou serviços externos, essas informações devem ser registradas, pois podem contribuir para a organização e o planejamento de ações que priorizem o desenvolvimento e aprendizagem do estudante.

É essencial compreender as expectativas e preocupações, por parte dos pais ou responsáveis, sobre a aprendizagem do estudante, tanto na escola quanto em outros contextos. É essencial também, que toda informação seja registrada no Roteiro de

Entrevista, possibilitando assim, a identificação de interesses, habilidades e dados complementares sobre o estudante.

Esses registros subsidiarão o Estudo de Caso, o qual orientará na elaboração do Plano Educacional Individualizado - PEI e Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE, documentos esses integrados ao Sistema de Gestão Escolar - SGE, garantindo alinhamento entre as estratégias pedagógicas e as necessidades do estudante.

Na etapa de entrevista, se a família não comparecer e não apresentar justificativa, a escola deverá entrar em contato para entender os motivos da ausência e incentivá-la a participar, demonstrando postura ativa e empatia, uso de linguagem inclusiva, tom respeitoso e encorajador. Outro ponto importante consiste em oferecer diferentes formatos de entrevista, como por exemplo, ligação telefônica e videochamada, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade.

Realizadas todas as alternativas, caso a família continue ausente, a equipe PAS deverá ser acionada para aprofundar esse diálogo, junto à família, visando identificar barreiras e reforçar a importância do envolvimento familiar. Se a ausência persistir, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar, visando à verificação de possíveis situações de risco que exijam intervenção, garantindo assim, a proteção dos direitos da criança e/ou do adolescente.

Todo esse processo deverá ser registrado: tentativas de contato, ações da equipe PAS e encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Além disso, é fundamental oferecer horários flexíveis para a entrevista, manter uma comunicação clara com a família e documentar todas as fases para um acompanhamento eficaz.

2.3 ACOLHIMENTO

Desde a matrícula a escola deve garantir um acolhimento adequado às famílias e aos estudantes, público-alvo da Educação Especial. No início das aulas, o diretor e/ou pedagogo deve conversar com os pais ou responsáveis para apresentar a escola, explicar seu funcionamento e esclarecer sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE e o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, que ocorre no contraturno do horário regular de aula do estudante.

O AEE é uma parte fundamental da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), tendo como objetivo oferecer recursos e serviços que garantam a participação plena e o desenvolvimento dos estudantes, respeitando suas necessidades específicas. Esse atendimento especializado não substitui o ensino regular, mas sim busca eliminar barreiras ao aprendizado dos estudantes com deficiência,

promovendo sua inclusão nas escolas regulares, por meio de atividades e uso de ferramentas pedagógicas de acessibilidade estruturadas, de forma contínua e institucional.

O atendimento especializado proporciona ao estudante, da Educação Especial, suporte personalizado para desenvolver habilidades e potencialidades. Desse modo, o papel do AEE é identificar, criar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que facilitem a participação dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, garantindo a eles suporte adequado.

A parceria entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes, visto que toda e qualquer informação sobre o estudante é de fundamental importância na organização do Plano Educacional Individualizado - PEI e do Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, que devem ser elaborados em até 40 dias, a contar da realização da entrevista.

Nesse contexto, vale salientar que no primeiro contato com a família é essencial destacar a importância do AEE para o público da Educação Especial, bem como o empenho da família no cumprimento de seu papel, pois somente com essa sólida parceria torna-se possível o sucesso do processo educativo do estudante.

O AEE deve estar alinhado ao trabalho desenvolvido pelos professores da sala de aula comum e da comunidade escolar, garantindo uma abordagem integrada e colaborativa, visto que a inclusão em sala de aula requer o envolvimento de todos os estudantes, promovendo um contexto de sensibilização sobre a deficiência, respeito às diferenças, fortalecimento da empatia, da colaboração e do apoio mútuo entre os estudantes.

Os documentos PEI/PAEE ficarão disponíveis no Sistema de Gestão Escolar - SGE e deverão ser impressos, assinados pela família e arquivados na pasta do estudante. Em caso de transferência, a nova escola deverá solicitar os documentos à escola anterior, devendo esse processo ser concluído em até 40 dias, sendo atualizado trimestralmente no Ensino Fundamental e semestralmente na Educação Infantil.

3. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E DOCUMENTAÇÃO

3.1 ESTUDO DE CASO

O Estudo de Caso é o documento essencial, pois formaliza a matrícula do estudante no Atendimento Educacional Especializado - AEE, conforme Nota Técnica Nº 04/2014, emitida pelo MEC/SECADI/DPEE. Desse modo, segundo o art. 28, inciso VII, da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), esse documento organiza as informações sobre as necessidades educacionais do estudante, fundamentando a elaboração do Plano de Atendimento Especializado, a organização de recursos e a aplicação de estratégias

pedagógicas, portanto deve ser concluído e assinado, por todos os responsáveis, antes do início do atendimento.

A coleta de dados para o estudo de caso pode incluir observações diretas, entrevistas, diálogos com a família, análise de documentos e pareceres pedagógicos. Quando necessário, profissionais de outras áreas, como assistência social e saúde, podem ser consultados para complementar as informações, garantindo um planejamento pedagógico mais assertivo e inclusivo.

O Estudo de Caso é um instrumento essencial para orientar ações inclusivas, descrevendo o contexto educacional do estudante, suas habilidades, interesses, preferências e necessidades. Os estudantes que compõem o público da Educação Especial requerem adaptações nas práticas pedagógicas, no planejamento, na organização dos espaços escolares, nas metodologias e nos procedimentos avaliativos.

É importante ressaltar que o planejamento do Estudo de Caso, o material didático e a elaboração do plano de AEE estão previstos na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) como direitos humanos à educação inclusiva, conforme estabelecido no artigo 28, nos incisos VI e VII. Da mesma forma, a “Adoção de medidas individualizadas e coletivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência [...]” é uma previsão constante do artigo 28, inciso V.

A apresentação de laudo médico não é um requisito para que o estudante frequente o AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais em contraturno, pois esse atendimento não é obrigatório para todos os estudantes com deficiência. Sua oferta é determinada pela avaliação pedagógica, realizada por meio de um estudo de caso, desenvolvido pelo professor de AEE, em colaboração com os professores da sala de aula comum, com a equipe pedagógica, com a família e com o estudante, quando possível.

O atendimento colaborativo está associado aos mesmos princípios do AEE, pois consiste no acompanhamento de estudantes que apresentam necessidades específicas de aprendizagem, portanto a atuação articulada entre os professores da sala de aula comum, professor de AEE e o assistente de educação se configura como essencial no processo inclusivo. Esse trabalho requer a parceria entre o professor de AEE e os professores da sala de aula comum, tendo como objetivo, planejar, implementar e avaliar estratégias que atendam às especificidades educativas desses estudantes, garantindo a inclusão e o desenvolvimento educacional de forma integrada.

Em relação ao Estudo de Caso, esse documento é estruturado em cinco etapas, conforme orientado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2010) e culmina na produção do Plano de AEE. Essas etapas devem ser coordenadas pelo professor de AEE e acompanhadas pelo pedagogo da escola, garantindo a implementação de um plano

personalizado e efetivo para o desenvolvimento e aprendizagem do estudante, abordagem alinhada às diretrizes da “Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Etapa 1: Proposição do caso

O Professor de AEE:

Ouvir as razões que motivaram o encaminhamento do estudante para o Atendimento Educacional Especializado - AEE;

- Anotar os apontamentos trazidos pelos professores da sala de aula comum, pelo próprio estudante e pela família;
- Observar o estudante em sala de aula para avaliar sua interação com os colegas, os professores e a demanda pedagógica;
- Observar o estudante nos demais espaços da escola: recreio, biblioteca, refeitório e outros;
- Realizar entrevista com a família ou responsável legal do estudante;
- Realizar avaliação, do estudante, na Sala de Recursos Multifuncionais – SEM

Etapa 2: Análise e clarificação:

Nessa etapa, o professor de AEE deve identificar:

- Tipos de barreiras no desenvolvimento: cognitiva; linguagem; contexto (ambiente escolar; familiar e cultural); saúde física, afetiva, social; aprendizagem e outras.
- Origens dos desafios: se estão relacionados à escola, à sala de aula comum, à relação com o professor, à família, ao material pedagógico, à aprendizagem, à afetividade e sociabilidade, à cognição, à comunicação, à locomoção, entre outros aspectos. Deve-se identificar, sempre que possível, as pessoas envolvidas no problema.
- Relações entre as informações coletadas: analisar as características do estudante e sua interação com o ambiente e as pessoas para destacar pontos fortes e dificuldades, considerando:
 - Desenvolvimento e funcionamento cognitivo;
 - Linguagem;
 - Ambiente escolar (relações com colegas e professores, ambiente da turma, gestão da sala de aula, abordagens pedagógicas e avaliação das aprendizagens);
 - Características familiar e ambiente social;
 - Aprendizagens escolares, estilos e ritmos de aprendizagem, desenvolvimento afetivo-social e interações sociais;

- Comportamentos e atitudes do estudante em situações de aprendizagem (foco na tarefa, respeito pela tarefa);
- Desenvolvimento psicomotor e saúde.

As observações realizadas em sala de aula, as interações com o estudante e com os professores da sala de aula comum, a entrevista com os pais/responsáveis e a avaliação do estudante na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM devem ser analisadas em conjunto. Isso permite que o professor compreenda melhor os desafios enfrentados pelo estudante, no contexto do AEE, e sempre que necessário, o professor poderá realizar uma pesquisa bibliográfica para aprofundar seus conhecimentos sobre a problemática do estudante.

Etapa 3: Identificação e compreensão do caso:

Nessa etapa, o professor de AEE, em parceria com a equipe pedagógica, buscará identificar o tipo e a natureza das dificuldades apresentadas pelo estudante. Essa identificação deverá ser realizada com base nas informações obtidas por meio de avaliações pedagógicas, conduzidas, tanto na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, quanto nos demais contextos escolar e familiar.

- O professor deverá analisar o conjunto de dados e as relações entre eles, conforme orientação da Etapa 2, investigando as causas das barreiras enfrentadas pelo estudante e a partir dessa análise, formular hipóteses sobre a natureza do problema. É importante considerar fatores que possam impactar no desenvolvimento e na aprendizagem do estudante.
- Em casos onde a situação do estudante se apresenta complexa, a ponto de dificultar a formulação de uma hipótese explicativa clara, o professor deve aprofundar sua pesquisa em busca de informações adicionais que contribuam para o entendimento do caso. Essa ampliação do repertório informativo pode incluir a colaboração da equipe de Psicologia e Assistência Social - PAS. Se necessário, a equipe de PAS poderá encaminhar o estudante para a rede de proteção social, incluindo serviços de Saúde, Assistência Social ou, em situações específicas, o Conselho Tutelar.
- Havendo conhecimento suficientes para compreender a situação do estudante, o professor de AEE formulará uma hipótese de intervenção, devendo registrá-la no documento norteador do Estudo de Caso, contendo suas conclusões sobre as barreiras que, possivelmente, estão dificultando o acesso do estudante aos conteúdos curriculares. Além disso, devem ser destacados aspectos positivos, tanto do estudante quanto do ambiente, que podem potencializar a aprendizagem e favorecer a interação em sala de aula.

Etapa 4: Planejamento de soluções:

Após a construção de uma hipótese explicativa, o professor de AEE, juntamente com a equipe pedagógica, inicia o processo de solução do caso e considera as seguintes questões:

- Quais recursos humanos e materiais são necessários para resolver o problema? Onde encontrá-los? Esses recursos estão disponíveis?
- Quem são os parceiros e colaboradores que podem contribuir? Onde localizá-los?
- Quais potencialidades do estudante, de seu meio social e familiar podem ser aproveitadas nas estratégias para a solução do caso?

Nessa etapa, o professor de AEE, os professores da sala de aula comum e a equipe pedagógica deverão explorar as possibilidades que podem facilitar a elaboração e enriquecer o plano de atendimento, identificando as intervenções necessárias. As conclusões e recomendações deverão ser registradas no documento norteador do Estudo de Caso, com o objetivo de garantir uma abordagem integrada e eficaz para o desenvolvimento do estudante.

Etapa 5: Elaboração do plano de AEE

Para a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado, o professor de AEE deverá definir as metodologias e recursos a serem aplicados para alcançar os objetivos pedagógicos, tanto na Sala de Recursos Multifuncionais (em horário contraturno) quanto na sala de aula.

- O professor deverá propor ações colaborativas com os professores da sala de aula comum, planejando em conjunto as atividades a serem desenvolvidas. Além disso, deverá estabelecer o período para a implementação do plano e os resultados esperados.
- Após a elaboração do plano de atendimento, o professor deverá verificar se ele está alinhado com a solução proposta para o caso, se é adequado à realidade do estudante e se as informações sobre as necessidades do estudante foram suficientes para sua correta elaboração.
- Na etapa da Educação Infantil, o plano deve ser reavaliado semestralmente e, na do Ensino Fundamental, trimestralmente. Essa reavaliação permite verificar se o plano está gerando os efeitos esperados ou se necessita de ajustes (estabelecimento de novas ações, estratégias e recursos).

3.2 ELABORAÇÃO DO PEI E PAEE

Com base nas informações do estudo de caso, é hora da elaboração dos instrumentos: Plano Educacional Individualizado - PEI, elaborado pelos professores da sala de aula comum, e o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, elaborado pelo professor de AEE, ambos em colaboração com o pedagogo. Esses documentos, de natureza pedagógica, irão orientar o trabalho a ser desenvolvido na sala de aula comum, no âmbito do AEE, nas atividades colaborativas da unidade educacional, na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM e nas demandas de articulação intersetorial.

Conforme o Parecer CNE/CP nº 50/2023 (BRASIL, 2023), reanalisado em 2024, o Plano Educacional Individualizado - PEI deve detalhar as habilidades relacionadas ao desenvolvimento dos componentes curriculares, indicando as flexibilizações e adaptações necessárias. Além disso,

“O PEI deve conter 1) um plano de acessibilização curricular, considerando as atividades desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais e a articulação com o professor regente e demais profissionais da unidade escolar, nos diferentes espaços; e 2) medidas individualizadas de acesso ao currículo para os estudantes autistas” (BRASIL, 2023, p. 14)

As informações obtidas durante a entrevista, incluindo orientações para condutas em situações de desregulação do estudante, também devem ser registradas no PEI, disponível no Sistema de Gestão Escolar - SGE.

O Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE é um documento obrigatório que deve ser continuamente atualizado, contendo o registro do Estudo de Caso, conforme organização no SGE, a definição de materiais e recursos necessários para eliminar ou minimizar as barreiras no contexto educacional, as atividades a serem desenvolvidas, a necessidade e disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, comunicação, aumentativa e alternativa. Também tem como finalidade sinalizar a necessidade de demandas para a rede de proteção social e articulação intersetorial.

É fundamental que o Plano Educacional Individualizado e o Plano de AEE sejam compartilhados e compreendidos por todos: família, professores e demais profissionais envolvidos no atendimento ao estudante.

Após a avaliação inicial, o professor de AEE deve organizar o cronograma de atendimentos e elaborar o Plano de AEE, levando em consideração a quantidade de estudantes atendidos, a necessidade de adequação dos horários de cada estudante e a logística de transporte (caso o atendimento ocorra no contraturno).

Caso seja necessária a participação do estudante na SRM, a equipe deve definir a frequência dos atendimentos com base nas necessidades específicas do estudante. Recomenda-se que cada atendimento tenha no mínimo 50 minutos, com dois encontros semanais, que podem ser em dias alternados, conforme as demandas e os objetivos pedagógicos.

Em casos de infrequência no contraturno, a escola deve primeiramente contatar a família do estudante para entender os motivos da ausência e encontrar alternativas para assegurar a continuidade do atendimento. Caso a infrequência persista, a equipe PAS deve ser acionada para avaliar a situação e oferecer suporte adequado. Se, após essas tentativas, a família optar pela desistência do atendimento, será necessário formalizar a saída do estudante com a assinatura de um termo de desistência.

Se necessário, a equipe deve definir a frequência dos atendimentos na SRM, e em casos de desistência ou infrequência injustificada, o estudante poderá ser substituído, ampliando o atendimento para outro estudante ou intensificando o trabalho colaborativo.

A equipe gestora escolar, o professor de AEE e os professores da sala de aula comum devem avaliar a necessidade de um assistente de educação ou estagiário quando o estudante apresentar dificuldades significativas em realizar atividades de forma independente, como locomoção, higienização, alimentação e comunicação acessível.

Caso o apoio coletivo da escola seja insuficiente para superar essas barreiras, a necessidade deve ser avaliada a partir de uma perspectiva pedagógica, com base no estudo de caso do estudante e devidamente indicada nos documentos PEI/PAEE.

Esse suporte será oferecido com base nas necessidades funcionais do estudante, e não exclusivamente pela condição de deficiência, em conformidade com a Nota Técnica MEC/SECADI nº 24/2013, que detalha o papel do profissional de apoio para promover a inclusão e a autonomia dos estudantes no contexto escolar.

Estudantes com deficiência visual, auditiva ou altas habilidades/superdotação podem necessitar de apoio especializado para acessar recursos de acessibilidade e estratégias diferenciadas que promovam sua interação e desenvolvimento no ambiente escolar. Esse suporte, oferecido por um professor com formação específica, é fundamental para atender às suas demandas individuais, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Por exemplo, estudantes com deficiência visual se beneficiam de orientações para o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e materiais em Braille, fornecidas por especialistas na área. Aqueles com deficiência auditiva podem contar com apoio na comunicação, incluindo o uso da Libras ou outros métodos adaptados.

Já para os estudantes com altas habilidades/superdotação, o apoio visa identificar, desenvolver e ampliar seus talentos, potencializando suas capacidades e oferecendo desafios adequados à sua competência.

4. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

4.1 OBSERVAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

O professor de AEE, em colaboração com a equipe pedagógica, os professores da sala de aula comum e o assistente de educação, devem buscar identificar as potencialidades, dificuldades e necessidades do estudante em termos de aprendizagem, interação e comunicação. Também é importante identificar possíveis barreiras de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, isoladas ou combinadas, que possam representar obstáculos ao desenvolvimento do estudante.

Para manter os documentos PEI/PAEE atualizados, deve-se observar o estudante em relação a cada uma das situações a seguir:

- **Comunicação:** compreende e obedece a comandos, expressa suas necessidades, desejos e interesses.
- **Interação social:** interage com os colegas de turma e com os adultos da escola (professor, auxiliar de sala, coordenador, diretor, profissionais da limpeza, manipuladora, dentre outros.).
- **Solicitação de ajuda:** pede ajuda aos professores e/ou a outros adultos.
- **Participação nas atividades:** participa de todas as atividades propostas para a turma. Caso não participe, identificar o motivo e verificar se há necessidade de adaptações, especificando o tipo de adaptação necessária.
- **Facilidade e dificuldade nas atividades:** realiza as atividades com facilidade ou demonstra dificuldade. Descrever maiores informações sobre esses aspectos.
- **Preferências e autonomia:** Demonstra preferência por determinadas atividades e as realiza de forma independente.

Nesse contexto, vale salientar que é essencial considerar:

As observações e preocupações apontadas pelos professores da sala de aula comum.

- Recursos e estratégias já utilizados pelo estudante para atingir os objetivos de ensino e aprendizagem propostos.
- Se dispõe de recursos de acessibilidade para o estudante, tais como mobiliário adequado, materiais pedagógicos adaptados, informática acessível, abafadores, recursos e materiais necessários para atender às necessidades do estudante.

Essas observações detalhadas são fundamentais para que o Plano Educacional Individualizado - PEI e o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, reflitam com precisão as necessidades e as potencialidades do estudante, promovendo um ambiente inclusivo e adequado ao seu desenvolvimento.

4.2 DIÁRIO DE BORDO

A equipe pedagógica providenciará o Diário de Bordo (sugestão - anexo II), que será utilizado como um instrumento de apoio para o acompanhamento pedagógico e a observação do desenvolvimento do estudante, sempre que necessário. Esse recurso permitirá um monitoramento detalhado e contínuo, registrando informações relevantes que auxiliarão na compreensão do perfil e das necessidades do estudante.

O Diário de Bordo pode ser mantido por um período específico ou de forma contínua, conforme demanda apresentada pelo estudante, servindo como uma ferramenta prática para orientar ações pedagógicas e promover uma intervenção mais eficaz. Esse documento, poderá ser organizado em um caderno com fichas ou em outro formato adequado à rotina escolar e ser preenchido pelo assistente de educação ou estagiário, sempre fora da presença do estudante, para garantir a confidencialidade e evitar constrangimentos.

O principal objetivo do Diário de Bordo é sistematizar informações sobre o desenvolvimento escolar, comportamental e emocional do estudante, pois os registros serão compartilhados com os professores da sala de aula comum, com o professor de AEE, com a equipe PAS - Psicólogo e Assistente Social e com a família. É um instrumento que deverá ser utilizado para investigar possíveis sintomas e causas de alterações comportamentais e emocionais, apoiando o planejamento de intervenções pedagógicas e psicossociais adequadas.

Quando uma criança ou adolescente apresentar alterações sensoriais ou emocionais, como irritabilidade ou autoagressão, o profissional de apoio escolar deve registrar com precisão as datas, horários e o contexto em que essas ocorrências acontecem. Por exemplo, se esses episódios ocorrem durante atividades com música, isso pode indicar uma hipersensibilidade auditiva.

A equipe pedagógica analisará esses registros e, com base nas informações, poderá sugerir ajustes nas atividades e abordagens pedagógicas. Essa análise permite um planejamento mais eficaz e individualizado, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor.

5. FAMÍLIA E REDE DE PROTEÇÃO

5.1 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Para promover maior integração e participação da família no processo inclusivo, a escola deve organizar momentos específicos de escuta, orientação e devolutiva sobre o processo de aprendizagem do estudante. A equipe escolar deve preparar e disponibilizar

para as famílias um cronograma anual de encontros, especificando os temas que serão abordados.

Esses momentos podem ser realizados em forma de encontros formativos ou rodas de conversa, envolvendo a equipe PAS, professores do AEE, professores da sala de aula comum, assistentes de educação, estagiários, pedagogos e outros profissionais. Além disso, é recomendável incluir atividades que valorizem a diversidade cultural e as vivências familiares dos estudantes, como apresentações, oficinas ou projetos que permitam às famílias compartilharem suas histórias, tradições e contribuições.

Essas ações podem fortalecer o vínculo entre a comunidade escolar e as famílias, promovendo maior engajamento e pertencimento, pois as relações, atividades e experiências vivenciadas no ambiente familiar têm um impacto significativo no desenvolvimento social e cognitivo do estudante. Nesse sentido, as informações fornecidas pela família são essenciais para a elaboração da proposta educativa personalizada e para o sucesso escolar do estudante.

É importante ressaltar que esses encontros não substituem outros momentos e conversas necessários para construir uma cultura de respeito às diferenças. Além disso, a observação e mediação devem promover a inclusão, criando um ambiente de diálogo, respeito e solidariedade entre todos os envolvidos.

5.2 ACIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL

O sucesso no desenvolvimento da aprendizagem do estudante depende de um trabalho interdisciplinar, sendo necessário, em algumas situações, realizar encaminhamentos para outras instituições. Nesse caso os atendimentos serão direcionados aos serviços de saúde, por meio de uma triagem e avaliação, com base no encaminhamento da escola em situações específicas, tais como:

- **Dificuldades de comunicação:** estudantes que apresentam dificuldades nessa área necessitam de uma avaliação para identificar possíveis intervenções.
- **Conflitos nas relações familiares ou escolares:** quando essas situações interferem no processo de aprendizagem é recomendável o acompanhamento por um psicólogo.
- **Comportamentos de automutilação e sintomas físicos recorrentes:** estudantes que apresentam comportamentos de automutilação (como morder-se, jogar-se no chão, bater a cabeça na parede) ou sintomas físicos persistentes, como infecções repetidas ou lacrimejamento constante em um olho, devem ser encaminhados para uma avaliação com um médico da família ou pediatra do território para que se realizem os devidos cuidados.

Diante das situações relacionadas à saúde, a equipe gestora e/ou a equipe PAS pode realizar o encaminhamento do estudante para a Unidade de Saúde mais próxima de sua residência.

No encaminhamento (Anexo III deste documento), devem constar as habilidades e dificuldades observadas pela escola, no desenvolvimento do estudante.

A infrequência às aulas e o risco de evasão escolar são sinais de alerta que requerem acompanhamento da equipe pedagógica e/ou do Assistente Social.

Estudantes que apresentam sinais de negligência familiar, infrequência, risco de evasão ou outras situações sociais que afetam o processo educacional devem ser alvo de busca ativa escolar.

Esgotadas as alternativas de intervenção escolar, a equipe pedagógica deverá encaminhar ao Conselho Tutelar um relatório contendo as ações realizadas na busca ativa, o número de faltas acumuladas e o endereço atualizado do estudante, conforme previsto na Portaria nº 24/2020 e no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECRAD.

6. ESTRATÉGIAS PARA SITUAÇÕES DE DESREGULAÇÃO

6.1 ORIENTAÇÕES GERAIS

Quando um estudante com deficiência ou dificuldades de adaptação se desregula, ou seja, demonstra comportamentos que indicam dificuldades em lidar com suas emoções ou com o ambiente, é fundamental adotar uma conduta segura, respeitosa e atenta às suas necessidades específicas. Abaixo estão algumas diretrizes gerais para a equipe escolar:

- **Mantenha a calma:** A equipe deve permanecer tranquila e controlada para não aumentar o estresse do estudante. A pessoa de referência do estudante deve ser acionada para apoio, evitando aglomerações ao seu redor.
- **Identifique o gatilho:** Tente identificar o que causou a desregulação, que pode ser um som alto, uma mudança na rotina ou de profissional de apoio, ou outro estímulo sensorial.
- **Ambiente seguro:** Sempre que possível, leve o estudante a um local mais tranquilo, onde ele possa se acalmar. Nesses casos, saídas intencionais são boas estratégias para minimizar o estresse.
- **Técnicas de regulação:** Utilize técnicas conhecidas para ajudar o estudante a se regular emocionalmente, como o uso de objetos de conforto, estratégias sensoriais ou outras práticas que se mostrem eficazes.
- **Comunicação clara e respeitosa:** Use uma comunicação simples, clara e acolhedora, com um tom de voz calmo, garantindo assim que o estudante se sinta ouvido

e compreendido. Se necessário, utilize recursos visuais, pois algumas crianças e adolescentes respondem melhor a instruções curtas e diretas.

- **Respeite o tempo do estudante:** Dê ao estudante o tempo que ele precisa para se acalmar, sem pressão para que responda.

6.2 COMUNICAÇÃO E REGISTRO

- **Registro detalhado dos episódios e estratégias aplicadas** - Após o ocorrido, registre o episódio com as possíveis causas e as estratégias aplicadas, o que pode ajudar a evitar futuras desregulações. As informações relacionadas ao estudante devem ser avaliadas pela equipe pedagógica e registradas nos documentos PEI/PAEE, disponíveis no Sistema de Gestão Escolar - SGE.
- **Comunicação com a família** - A equipe gestora deverá acolher a família, apresentar o episódio ocorrido e solicitar sua contribuição, visando à melhor compreensão da equipe escolar acerca das necessidades do estudante nesses momentos.
- **Comunicação à equipe PAS:** Em situações de crise máxima ou desregulações constantes, que ultrapassam às práticas pedagógicas e às ações de cuidado, é fundamental comunicar à equipe PAS. Essa equipe será responsável por oferecer suporte ao estudante em desregulação e, se necessário, encaminhá-lo à rede de apoio, além de realizar ações restaurativas com a turma.

Caso a escola não disponha da equipe PAS, o Setor Intersetorial deve ser informado para mobilizar os serviços da rede e providenciar o atendimento necessário, tanto para o estudante quanto para a turma e os profissionais envolvidos.

- **Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT:** Em caso de agressões que resultem em lesões físicas, os gestores devem orientar os profissionais para registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, por meio do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, no prazo de 24 horas.

6.3 SITUAÇÕES DE CRISE MÁXIMA

- **Adoção de medidas de segurança e acionamento de suporte externo:** Se, mesmo após tentativas de controle o estudante atingir uma crise máxima, com sobrecarga sensorial e comportamento agressivo, que represente risco para si ou para a comunidade escolar, as seguintes medidas devem ser adotadas:
 - Proteção do estudante, do ambiente e dos demais envolvidos, conforme acordado com a família e ao disposto nas diretrizes institucionais.
 - Adoção de técnicas de contenção seguras, se autorizadas pela família, e conforme necessário para garantir a segurança de todos.

- Contato imediato com a família e, se necessário, acionamento do SAMU e do Conselho Tutelar, para assistência e suporte.
- **Acordo sobre intervenções específicas:** No momento da entrevista, é essencial dialogar com a família para obter informações detalhadas sobre as necessidades do estudante e autorização para a aplicação de técnicas de imobilização, sempre de forma técnica e respeitosa. As informações fornecidas pela família são fundamentais para orientar as estratégias de contenção do estudante e sobre como proceder.
- **Ações em caso de ausência da família:** A escola acionará o SAMU e notificará o Conselho Tutelar para localizar a família, enquanto um profissional da escola acompanhará o estudante até a chegada desta.

Essas diretrizes visam garantir que o estudante seja atendido com respeito e que suas necessidades específicas sejam consideradas de forma eficaz.

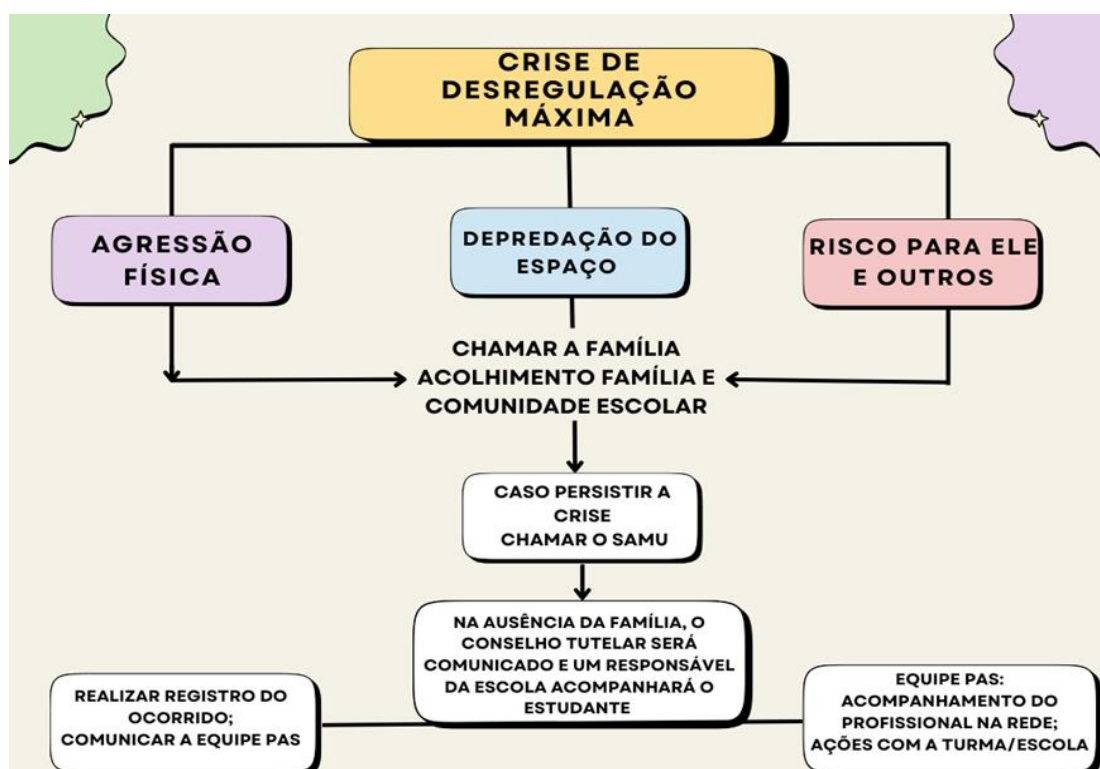


Figura 1: Fluxograma “SITUAÇÕES DE CRISE MÁXIMA”

7. REFERÊNCIAS

ARACRUZ. **Resolução CMEA nº 006, de 21 de dezembro de 2020**. Institui diretrizes para a normatização e organização da Educação Especial na Rede Municipal de Aracruz. Conselho Municipal de Educação de Aracruz. Diário Oficial do Município de Aracruz, Aracruz, 21 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

_____. **Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva**: Nota Técnica Nº 04/2014 - MEC/SECADI/DPEE. Brasília: MEC, 2014.

_____. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Brasília: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>.

_____. **Guia de Orientação: Atendimento Educacional Especializado - AEE**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

_____. **Nota Técnica MEC/SECADI nº 24/2013: Profissional de Apoio Escolar no Contexto da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 50/2023**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

UNDIME-ES. **Diretrizes operacionais da educação especial das redes municipais de ensino do estado do Espírito Santo**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 1/2023/Presidência, publicada em 10 de abril de 2023. Espírito Santo, 2024.

UNESCO. **Educação para Todos: um marco renovado**. Relatório Global de Monitoramento da Educação. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>.

8. ANEXOS



ANEXO I ROTEIRO DE ENTREVISTA E PROPOSIÇÃO DE CASO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

1. IDENTIFICAÇÃO

Escola:	
Ano/Turma:	Turno:
Endereço:	
Nome do estudante:	
Data de nascimento:	Idade:
Nome do responsável:	
Telefone para contato:	

2. HISTÓRICO ESCOLAR E CLÍNICO

- O estudante já frequentou outras escolas? Se sim, quais e por quanto tempo?
- Apresenta ou já apresentou dificuldades de aprendizagem? Se sim, quais?
- Existem registros de diagnósticos clínicos ou avaliações? Quais?
- O estudante já recebeu ou recebe acompanhamento de profissionais (ex.: terapeutas, psicopedagogos, médicos)?
- Quais foram os impactos desses acompanhamentos no desenvolvimento do estudante?

3. ROTINA, HÁBITOS DIÁRIOS E PREFERÊNCIAS

- Como é a rotina do estudante em casa (ex.: horários de alimentação, sono, estudo, brincadeiras)?
- Quais atividades extracurriculares o estudante realiza (ex.: esportes, música, artes)?
- O estudante possui dificuldades com horários ou transições de atividades?
- Quais são as preferências ou hábitos específicos do estudante, relacionados à alimentação, sono ou outras atividades?
- O que o estudante gosta de fazer no tempo livre (ex.: brincadeiras, hobbies, jogos)?
- O que o estudante não gosta?
- O estudante possui brinquedos, objetos ou atividades que usa para se acalmar? Quais?
- O estudante demonstra interesse por algum tema ou área específica (ex.: animais, tecnologia)?

4. INFORMAÇÕES ALIMENTARES

- O estudante possui alergias ou intolerâncias? Quais?
- Quais alimentos o estudante gosta de comer, considerando possíveis preferências ou seletividade alimentar?
- Quais alimentos o estudante não gosta de comer?
- O estudante apresenta alguma hipersensibilidade a cheiros ou texturas de alimentos? Se sim, quais?
- O estudante consegue comer sozinho? Se sim, como utiliza os talheres?
- É necessário algum cuidado específico durante as refeições, como uso de guardanapo, apoio do acompanhante ou adaptações devido à disfagia (dificuldade para mastigar ou engolir alimentos)?

5. FORMAS DE COMUNICAÇÃO

- Qual é o principal sistema de comunicação utilizado pelo estudante? (ex.: fala, troca de figuras, Comunicação Aumentativa Alternativa - CAA, indica com a mão)
- Como o estudante comunica necessidades básicas, como ir ao banheiro ou pedir água?
- De que forma o estudante comunica que está com dor ou desconforto?
- Como o estudante expressa que não quer algo (ex.: verbalmente, gestos, cartões de comunicação)?
- O estudante responde bem a instruções diretas? Quais estratégias funcionam melhor para facilitar a compreensão?
- O estudante utiliza roteiros visuais ou sequências para realizar atividades? Se sim, para quais tarefas?
- Há instruções específicas sobre como comunicar-se com o estudante em momentos de resistência ou dificuldade?

6. HABILIDADES, DESEMPENHO ESCOLAR E COMPORTAMENTO

- Quais habilidades o estudante demonstra (ex.: leitura, jogos, artes...)?
- Como o estudante aprende melhor (ex.: instruções visuais, verbais, práticas...)?
- Há adaptações pedagógicas que já funcionaram bem (ex.: materiais, métodos...)?
- Quais habilidades ou conhecimentos a família considera prioritários para o estudante?
- Que estímulos podem causar desconforto ou crises?
- Que sinais indicam o início de uma crise?
- Quais procedimentos ou estratégias são eficazes durante uma crise?
- Após uma crise, o que costuma ajudar o estudante a se acalmar?

- Quais comportamentos desafiadores a escola deve observar?
- Estratégias que funcionam bem, em casa, para lidar com eventuais comportamentos?
- Em situações extremas, quando for necessário garantir a segurança do seu filho e dos demais, como você acredita que devemos proceder? Há alguma orientação ou preferência específica que gostaria que seguíssemos?
- Caso considere necessário o uso de estratégias de contenção, gostaríamos de saber sua opinião e orientação para garantir que tudo seja feito com respeito, segurança e em alinhamento com suas expectativas.

7. EXPECTATIVAS E COLABORAÇÃO FAMILIAR

- Quais são as expectativas da família para o desenvolvimento do estudante na escola (ex.: socialização, alfabetização)?
- Quais metas a longo prazo a família espera alcançar com o desenvolvimento escolar?
- A família está disponível para reuniões periódicas ou envio de materiais?
- Existe algum profissional ou serviço externo que pode colaborar com a escola? Quais?
- Você tem conhecimento dos direitos do seu filho à educação inclusiva? Caso sim, costuma buscar a garantia desses direitos?
- Há algo mais que a família considera importante compartilhar sobre o estudante?

8. OBSERVAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

- O estudante gosta da escola? Por que ele acha importante vir à escola e estudar nela?
- O estudante tem amigos na escola? Possui algum colega de preferência? Como é o envolvimento afetivo e social da turma com ele? Como a comunidade escolar percebe sua interação com os colegas?
- O estudante participa das atividades e interage em todos os espaços da escola? Participa de forma integral, parcial ou não participa? Das atividades propostas à turma, quais realiza com facilidade e quais tem dificuldade? Por quê?
- Quais atividades o estudante mais gosta de realizar? Quais tarefas ele considera mais difíceis? Por quê?
- O estudante expressa suas necessidades, desejos e interesses? De que forma? Costuma pedir ajuda aos professores? Por quê? Qual sua opinião sobre os professores?
- Qual a avaliação do professor da sala de aula sobre o desempenho escolar do estudante? Quais as principais habilidades, potencialidades, interesses e expectativas percebidas? Quais preocupações o professor aponta e que apoios ele sugere?
- Quais são as necessidades específicas do estudante e as barreiras impostas pelo ambiente escolar? A escola dispõe de recursos de acessibilidade? Quais recursos humanos e materiais são necessários e ainda não estão disponíveis?

- O estudante recebe algum atendimento educacional e/ou clínico? Quais profissionais estão envolvidos? Quem avaliou os recursos utilizados? Eles são adequados?
- Como é o estudante nos aspectos social, afetivo, cognitivo, motor, familiar e outros?
- Qual foi o motivo que levou o professor da sala de aula a solicitar o atendimento educacional especializado (AEE) para o estudante?
- Quais são as expectativas escolares da equipe em relação ao estudante? A escola acredita que os apoios disponíveis (materiais pedagógicos, tecnologias assistivas, intérprete etc.) são suficientes? O estudante está satisfeito com esses apoios? Gostaria de outros?

ASSINATURAS

Família ou Responsável Legal

Professor de AEE

Professores da sala de aula comum

Equipe Pedagógica

Equipe de Psicólogos ou Assistentes Sociais (PAS), (se houver)

Aracruz, de de 20.....

ANEXO II
DIÁRIO DE BORDO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do estudante:		
Turma:	Turno:	
Professor(a):		
Assistente/ estagiário(a):		
Data:	Horário chegada:	Horário saída:

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO DIA

	<p>Participação: () Total () Parcial () Recusa</p> <p>Autonomia: () Independente () Auxiliado</p>
	<p>Participação: () Total () Parcial () Recusa</p> <p>Autonomia: () Independente () Auxiliado</p>
	<p>Participação: () Total () Parcial () Recusa</p> <p>Autonomia: () Independente () Auxiliado</p>
	<p>Participação: () Total () Parcial () Recusa</p> <p>Autonomia: () Independente () Auxiliado</p>
	<p>Participação: () Total () Parcial () Recusa</p> <p>Autonomia: () Independente () Auxiliado</p>

3. ALIMENTAÇÃO

Comeu a merenda da escola: () Sim () Não

Quantidade: () Completo () Parcial () Não se alimentou

Bebeu água: () Sim () Não

4. COMPORTAMENTOS E OBSERVAÇÕES

()	Alegre	
()	Triste	
()	Calmos	
()	Agressivo	
()	Carinhoso	
()	Apático	
()	Isolado	
()	Choro	
()	Demonstrou medo (de quê?)	
()	Pediu ajuda (verbal) (Como?)	
()	Pediu ajuda (não-verbal) (Como?)	
()	Obedeceu aos comandos	
()	Sensibilidade auditiva (Qual?)	
()	Sensibilidade tátil (Qual?)	
()	Interesse restrito (Qual?)	
()	Interação com os colegas	

Outros comportamentos:


ANEXO III
FICHA DE ENCAMINHAMENTO
1. INSTITUIÇÃO ESCOLAR PARA A UNIDADE DE SAÚDE

INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ORIGEM:		
UNIDADE DE SAÚDE:		
NOME DO ESTUDANTE:		SÉRIE:
ENDEREÇO (ESTUDANTE):		Nº:
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	TEL.:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO (DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO OBSERVADA)*:		
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (NOME LEGÍVEL/ CARIMBO)		DATA: ____/____/____
<p>*CONFORME LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA O SUS, O ACOLHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DO ESTUDANTE PARA SERVIÇO ESPECIALIZADO SERÁ REALIZADO PELOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. PORTANTO, O ENCAMINHAMENTO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR NÃO PODERÁ CONTER DIAGNÓSTICO E REFERÊNCIA PARA ESPECIALISTA. O ESTUDANTE DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADO DE UM RESPONSÁVEL ADULTO. O ATENDIMENTO SERÁ FEITO DE ACORDO COM A ROTINA DA UNIDADE DE SAÚDE.</p>		

2. UNIDADE DE SAÚDE PARA A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

RETORNO DO ATENDIMENTO/ACOLHIMENTO:	
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (NOME LEGÍVEL/ CARIMBO)	DATA: ____/____/____

CHECKLIST HABILIDADES E DIFICULDADES	Sim	Não	APETITE	Sim	Não
Dificuldade na linguagem	()	()	Baixo apetite	()	()
Dificuldade na visão	()	()	Apetite excessivo	()	()
Dificuldade na coordenação	()	()	Seletividade Alimentar	()	()
Prefere brincar sozinho	()	()	HABILIDADE SOCIAL	()	()
Coloca-se em situações que podem ser perigosas	()	()	Cooperativo	()	()
Não controla os esfíncteres	()	()	Responsável	()	()
Chupa dedo	()	()	Assertivo	()	()
Chupa chupeta	()	()	Empático	()	()
Necessita de intervenção individual	()	()	SITUAÇÕES COMPORTAMENTAIS	()	()
Há frequente mau humor/irritação	()	()	Agressividade	()	()
Desiste facilmente	()	()	Desobediência	()	()
Não se relaciona bem com os amigos	()	()	Timidez	()	()
Distrai-se facilmente	()	()	Insegurança	()	()
Dificuldade em inibir o comportamento	()	()	Agitado/Hiperatividade	()	()
Baixa tolerância à frustração	()	()	Impulsividade	()	()
Dificuldade para realizar as tarefas em tempo hábil	()	()	Memória, retenção de informação	()	()
Tem algum medo, hábito ou tique? Se SIM, Descreva	()	()	Atende a comando simples?	()	()

3. A SER PREENCHIDO PELO ENSINO FUNDAMENTAL

DESEMPENHO ESCOLAR	ABAIXO DA MÉDIA	NA MÉDIA	SUPERIOR À MÉDIA
LEITURA			
ESCRITA			
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO			
ATENÇÃO/ ORGANIZAÇÃO			
LINGUAGEM			
EDUCAÇÃO FÍSICA			

4. OBSERVAÇÕES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES
